

Memórias de Maria Helena da Silva: licenciatura em Pedagogia em tempos de ditadura (1966-1970)

Memories of Maria Helena da Silva: licensing in Pedagogy in times of dictatorship (1966-1970)

Memorias de Maria Helena da Silva: licencia en Pedagogía en tiempos de dictadura (1966-1970)

Lia Machado Fiuza Fialho*

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0393-9892>

Scarlett O'hara Costa Carvalho**

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0381-0063>

Lorena Brenda Santos Nascimento***

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4293-7494>

Resumo: A democracia no contexto educacional é um anseio que perpassa a história brasileira, todavia, para ser compreendida e valorizada importa conhecer a história da educação, especialmente no tocante aos períodos autocráticos que cerceiam a liberdade de expressão e silenciam a luta pela educação crítica e transformadora voltada para a justiça social. Questiona-se como o regime ditatorial interferiu na formação de professores em nível superior em Fortaleza, mais especificamente na primeira turma de Pedagogia da Faculdade de Filosofia do Ceará (FAFICE). Em resposta, desenvolveu-se um estudo, amparado teoricamente nos pressupostos da história cultural e metodologicamente na história oral, com o objetivo de biografar Maria Helena da Silva, com ênfase na sua formação inicial em Pedagogia desenvolvida pela Faculdade de Filosofia do Ceará (1966-1970). A narrativa biográfica de uma aluna da primeira turma do referido curso, coletada mediante entrevista livre, permitiu inferir que a formação de professores, entre 1966 e 1970, na FAFICE, foi fortemente influenciada pela conjuntura política antidemocrática, que impunha o ideário tecnicista desenvolvimentista com vistas a formar mão de obra para o trabalho. Esse modelo de educação formou professores para atuar consoante a pedagogia tradicional, de maneira autoritária, como detentores e transmissores de um conhecimento estático e inquestionável. Aqueles docentes que adotavam uma postura diferente, como no caso de Helena Silva, eram exonerados ou perseguidos, impossibilitando o desenvolvimento de uma educação democrática; o que demonstra a relevância da luta contra todo tipo de governo despótico que cerceie a liberdade de expressão.

Palavras-chave: Biografia. Formação de professores. Ditadura Militar. Pedagogia. Faculdade de Filosofia do Ceará.

* Professora do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UECE). Doutora em Educação pela UFC e pós-doutora em Educação pela UFPB. Bolsista produtividade CNPQ. E-mail: lia_fialho@yahoo.com.br

** Doutoranda e Mestra em Educação (PPGE- UECE). Especialista em Docência no Ensino Superior e Pedagogia. Integrante do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas, Memórias e Oralidades PEMO/UECE. Bolsista CAPES. E-mail: scarletoharacc@gmail.com

*** Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: lohsantos02@gmail.com

Abstract: Democracy in the educational context is a desire that permeates the Brazilian history, however, to be understood and valued it is important to know the history of education, especially with regard to autocratic periods that restrict freedom of expression and silence the struggle for critical and transformative education for social justice. It is questioned how the dictatorial regime interfered in the training of teachers at a higher level in Fortaleza, more specifically in the first Pedagogy class of the Faculdade de Filosofia do Ceará (FAFICE). In response, a study was developed, supported theoretically on the assumptions of cultural history and methodologically on oral history, with the aim of biography Maria Helena da Silva, with emphasis on her initial education in Pedagogy developed by the Faculdade de Filosofia do Ceará (1966- 1970). The biographical narrative of a student in the first class of the course, collected through a free interview, allowed us to infer that the training of teachers, between 1966 and 1970, at FAFICE, was strongly influenced by the undemocratic political situation, which imposed the developmentalist technicism ideals with a view to train manpower for work. This model of education trained teachers to act in accordance with traditional pedagogy, in an authoritarian manner, as holders and transmitters of static and unquestionable knowledge. Those teachers who adopted a different posture, as was the case with Helena Silva, were exonerated or persecuted, making it impossible to develop a democratic education; which demonstrates the relevance of the fight against all types of despotic government that limits freedom of expression.

Keywords: Biography. Teacher training. Military dictatorship. Pedagogy. Faculty of Philosophy of Ceará.

Resumen: La democracia en el contexto educativo es un deseo que impregna a la historia brasileña, sin embargo, para ser entendida y valorada, es importante conocer la historia de la educación, especialmente con respecto a los períodos autocráticos que restringen la libertad de expresión y silencian la lucha por una educación crítica y transformadora por la justicia social. Se cuestiona cómo el régimen dictatorial interfirió en la formación de docentes de graduado universitario en Fortaleza, más específicamente en la primera clase de pedagogía en la Faculdade de Filosofia de Ceará (FAFICE). En respuesta, se desarrolló un estudio, apoyado teóricamente en los supuestos de la historia cultural y metodológicamente en la historia oral, con el objetivo de la biografía Maria Helena da Silva, con énfasis en su educación inicial en Pedagogía desarrollada por la Faculdade de Filosofia de Ceará (1966- 1970). La narrativa biográfica de una mujer estudiante en la primera clase del curso, recopilada a través de una entrevista, nos permitió inferir que la formación de maestros, entre 1966 y 1970, en FAFICE, estuvo fuertemente influenciada por la situación política antidemocrática, que impuso los ideales tecnócratas desarrollistas con miras a entrenar mano de obra para el trabajo. Este modelo de educación capacitó a los maestros para actuar de acuerdo con la pedagogía tradicional, de manera autoritaria, como poseedores y transmisores de conocimiento estático e incuestionable. Aquellos maestros que adoptaron una postura diferente, como fue el caso de Helena Silva, fueron exonerados o perseguidos, haciendo imposible desarrollar una educación democrática; lo que demuestra la relevancia de la lucha contra todo tipo de gobierno despótico que limita la libertad de expresión.

Palabras clave: Biografía. Formación de profesores. Dictadura militar. Pedagogía. Facultad de Filosofía de Ceará.

1 INTRODUÇÃO

A temática desse artigo inter-relaciona duas áreas específicas e coexistentes, a Educação e a História, por inserirem-se no campo da História da Educação (VASCONCELOS; FIALHO; MACHADO, 2018). Trata, mais especificamente, da formação educacional de mulheres em nível superior para o exercício da docência, nos primórdios do Curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia do Ceará (FAFICE), de 1966 a 1970. Esse recorte temporal foi delimitado por levar em consideração, respectivamente, o ano de fundação do Curso de Pedagogia da FAFICE, instituição incorporada à Universidade Estadual do Ceará (UECE) em 1975, e o ano de conclusão da primeira turma do referido curso.

Destaca-se que a década de 1960 foi marcada pelo ideal nacional de desenvolvimento econômico e expansão do capitalismo, e, sobretudo no Brasil, nessa direção, adotaram-se medidas para aliar educação e produção, ao tempo que formava

mão de obra qualificada para atuar no mercado de trabalho e garantir o desenvolvimento da economia no país (CORRÊA; BARRETO, 2017). Delineava-se, todavia, a pedagogia tecnicista e o estreitamento da relação universidade/indústria “buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e de projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional” (SAVIANI, 2013, p. 374). Na contramão, emergia a ideia de uma concepção pedagógica renovadora, apoiada por intelectuais da educação como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Lourenço Filho, dentre outros que defendiam a escola pública, gratuita e de qualidade para todos. Esse embate resultou em duas pedagogias distintas: a primeira, articulada nas concepções do tecnicismo, e a última, caracterizada pelo ideal popular de libertação, que ensejou lume à democratização da educação.

O golpe de 1964, ao instalar o regime ditatorial, de maneira autocrática, tenta silenciar os movimentos em prol da educação pública para todos por meio de censuras e perseguições políticas que se desdobraram em expurgos, arrocho salarial, controle dos sindicatos e da universidade, dissolução de partidos políticos, dentre outras medidas que impunham um alinhamento aos organismos internacionais e o desenvolvimento de uma educação voltada para o mercado de trabalho (FLORENCIO; FIALHO; ALMEIDA, 2017).

Shiroma, Moraes e Evangelista (2011) ressaltam que as reformas na década de 1960 incidiram fortemente na universidade com a regulamentação da participação estudantil (BRASIL, 1964), a suspensão de atividades da União Nacional dos Estudantes (BRASIL, 1966), a reestruturação nas universidades federais (BRASIL, 1966), a normatização e a organização do ensino superior (BRASIL, 1968) e a proibição de manifestações políticas nas universidades (BRASIL, 1969). Tais medidas tomadas no âmbito federal repercutiram no estado do Ceará e, em particular, na UECE, influenciando a organização e o ensino ministrado no curso de Pedagogia nos seus primeiros anos de funcionamento, obscurecendo os princípios básicos para uma educação democrática e libertária (VASCONCELOS; FIALHO; LOPES, 2018).

A compreensão mais detalhada acerca da realidade formativa local, em Fortaleza-CE, foi fomentada desde a realização de um estudo científico amparado teoricamente nos pressupostos da história cultural (BURKE, 1992), na perspectiva biográfica (DOSSE, 2009), que concebe a vida individual indissociada do coletivo, tornando possível melhor conhecer o todo pelas partes, valorizando a micro-história, considerando nuances e subjetividades somente passíveis de análise quando reduzida a lente de análise (LORIGA, 2011).

A mulher selecionada para o desenvolvimento da empreitada biográfica foi Maria Helena da Silva pelo fato de ela ter sido aluna da primeira turma do curso de Pedagogia na FAFICE, bem como ter ingressado pouco depois como docente da UECE, na qual atuou por 33 anos, vivenciando por longo período o contexto ueceano. Dessa maneira, questionou-se: Como o regime ditatorial interferiu na formação profissional de Maria Helena da Silva no Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia do Ceará?

Para responder à inquietação norteadora do estudo, elaborou-se uma pesquisa científica com o objetivo de biografar Maria Helena da Silva, com ênfase na sua formação inicial em Pedagogia desenvolvida pela Faculdade de Filosofia do Ceará (1966-1970). Ante esse escopo, resta claro que o objeto de estudo foi a história de vida de Maria Helena da Silva, doravante apenas Helena Silva, como ficou conhecida, com foco na sua experiência educacional como aluna na instituição em tela.

A principal fonte utilizada para a elaboração biográfica foi a oralidade de Helena Silva, pois acredita-se que ensejar visibilidade à voz dos “professores pelo relato de sua história de vida implica considerar seu percurso pessoal na construção de sentidos para a docência” (BURNIER, et. al, 2007, p. 347) e, para além disso, por meio da valorização das subjetividades femininas de docentes, é possível ampliar a compreensão sobre o arcabouço teórico no âmbito da história da educação que permeou a formação e atuação educacional de tantas outras mulheres em Fortaleza (FIALHO; CARVALHO, 2017). Por meio da metodologia da história oral (ALBERTI, 2013) registraram-se as memórias de Helena Silva, considerando as lembranças e os esquecimentos, que foram entrecruzadas com fontes documentais do acervo da biografada. A narrativa biográfica de Helena Silva foi constituída valorizando sua narrativa como fonte histórica relevante para interpretar o cenário educativo em nível superior da Fortaleza dos anos finais da década de 1960, ou seja, a formação pedagógica efetivada no contexto de ditadura.

A relevância da pesquisa ampara-se em duas vertentes: a primeira respalda-se na importância de preservar e registrar a história da participação das mulheres na educação, por anos relegada a segundo plano de importância (PERROT, 2017), e a segunda consiste em possibilitar a ampliação da compreensão acerca da história da educação no campo da formação de professores e consolidação do curso de Pedagogia na UECE. Torna-se factível a oportunidade de conhecer e ressignificar, a partir das narrativas de vida de Helena Silva, o cenário educacional, as práticas de ensino, os mecanismos de resistências e o processo de formação de professores em contexto autocrático.

2 METODOLOGIA

A história cultural, de acordo com Burke (1992) permite o trabalho com vasto arcabouço de fontes por séculos desconsideradas pela história positivista, pois se acredita que não apenas as fontes oficiais, mas tudo que pode auxiliar a compreender a passagem do sujeito na história pode-se tornar uma fonte para estudo científico – fotos, cartas, diários, jornais, revistas, narrativas gravadas, documentos oficiais etc. Nessa perspectiva, como assevera Dosse (2009), a biografia já não centra foco nas hagiografias ou histórias de heróis com mote em ressaltar personalidades e seus feitos exemplares, ao contrário, mostra a vida real permeada por dilemas, problemas, conquistas, progressos e retrocessos que permeiam o cotidiano de pessoas comuns.

Amparado teoricamente pela história cultural, desenvolveu-se um projeto de pesquisa denominado “Educação e Educadoras Cearenses do Século XX: práticas, leituras e representações”, institucionalizado pela UECE, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o parecer de n. 630.923/2013, no qual a biografia de Helena Silva insere-se. O projeto desenvolve e publica pesquisas biográficas de educadoras cearenses tais como: : Célia Goiana (FIALHO; CARVALHO, 2018); Henriqueta Galeno (FIALHO, SA, 2018); Maria Luiza Fontenelle (FIALHO; FREIRE, 2018); Neli Sobreira (FIALHO; QUEIROZ, 2018); Aida Balaio (FIALHO; LIMA; QUEIROZ, 2019); Raquel Dias (FIALHO; SANTOS; FREIRE, 2020); Josete Sales (FIALHO; SOUSA; NASCIMENTO, 2020); Rosa Ribeiro (FIALHO; SOUSA; DIAZ, 2020); Argentina Gomes (MENDES; FIALHO; MACHADO, 2019); dentre outras. O mote é compreender a história da educação do estado desde o desenvolvimento de análises que partem da história de vida de educadoras para captar nuances pertinentes à democratização da educação feminina.

Utilizou-se a metodologia da história oral biográfica (MEIHY, RIBEIRO, 2011) porque esta permite investigar a vida de sujeitos comuns imbricada no contexto coletivo, como a história de mulheres professoras, que, independentemente de sua visibilidade social, participaram como sujeitos históricos das transformações do mundo, especialmente, no que concerne à história da educação. Valoriza-se, todavia, as memórias da biografada, ao considerar a relevância das suas lembranças e esquecimentos (SOARES; VIANA, 2016).

Thompson (1998) discorre sobre a importância da história oral ao explicar que ela sempre se constituiu uma necessidade humana, seja de explicar os eventos naturais, ou para entender como viviam as civilizações - seus costumes, cultura, organização social e política - na tentativa de repassar essas interpretações para as

próximas gerações. Alberti (2006, p. 155) acrescenta que “[...] a História oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da História’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação [...]”. Ou seja, a partir da história oral produzida por Helena Silva, uma pessoa comum, torna-se factível fomentar análises sobre a educação superior em Fortaleza-CE no que concerne a formação de professores em tempos de ditadura, ampliando compreensões não possibilitadas pelos estudos macro-históricos.

O contato inicial com Helena Silva ocorreu por meio de ligação telefônica, na qual se apresentou o projeto, explicitou-se o objetivo e realizou-se o convite para sua participação voluntária. Ela aceitou prontamente colaborar com a pesquisa, sugerindo que o encontro presencial ocorresse em sua residência, agendado para o dia 21 de fevereiro de 2017. Na data combinada foi realizada uma entrevista livre, após leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, quando Helena Silva pôde narrar sua história de vida, com ênfase na sua educação e, mais detalhadamente, na condição de aluna da primeira turma da FAFICE.

A entrevista foi gravada em equipamento digital, transcrita, textualizada e validada por Helena Silva mediante a técnica geradora de discurso (FLICK, 2009). Esta técnica permite ao entrevistado a leitura da transcrição para possíveis ajustes com o objetivo de corrigir equívocos e acrescentar ou suprimir informações importantes para a compreensão leitora. No dia da validação foi possível ter acesso e digitalizar algumas fontes documentais de seu acervo pessoal, tais como fotos, memorial, certificados, históricos, dentre outros que ajudaram a compreender a vida de Helena Silva. Todo o material coletado foi analisado segundo a metodologia da história oral, que permitiu o entrecruzamento de fontes na constituição de uma narrativa histórica de vida na interface com o contexto educacional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Helena Silva, nascida em 27 de setembro de 1944, é filha de José Ferreira da Silva, comerciante, e Carlinda Tabosa da Silva, dona de casa, que constituíram uma família de nove filhos. Ela considerou sua infância muito boa e diferente da maioria das outras crianças pelas condições financeiras favoráveis de seu pai:

Nessa época minha infância foi assim de uma família bem abastada, porque meu pai era um comerciante bem-sucedido. Então, nós tínhamos condições econômicas muito boas. Uma época em que, era raro a família que tinha carro, e lá em casa tínhamos dois carros. Então, a casa que papai construiu era uma casa de três pavimentos, porque o terceiro pavimento era um miniparque (SILVA, 01/02/17).

A vida farta em brinquedos, moradia, alimentação e presença materna não perdurariam por muito tempo, pois, antes de completar 10 anos, seu pai faliu e houve mudanças na família. Além de ter que se mudar para o interior de Pacajus-CE, seu pai foi trabalhar como caminhoneiro e como passava a maior parte do tempo viajando, a mãe teve que assumir toda a educação dos filhos e o controle das finanças da casa:

Quando eu estava com dez anos, nove para dez anos, papai faliu. Então, nós tivemos que ir para o interior, morar lá. [...] Mamãe era muito rígida, e papai teve que mudar completamente a vida. Transformou-se num caminhoneiro, passava de dois meses fora de casa, então mudou completamente a vida da gente (SILVA, 01/02/17).

Em Pacajus, próximo ao sítio da família, situava-se a casa da primeira professora de Helena Silva (01/02/17): *Nós estudamos lá numa escola pública, escola isolada de Pacajus. [...] Uma escola que era uma sala, na época era uma sala na casa da professora [...] que ensinava da carta de abc à preparação para o exame de admissão nessa mesma sala.* Eram comuns no interior do Ceará, na década de 1950, as escolas isoladas com apenas uma professora, que lecionava da alfabetização ao quarto ano primário. Helena Silva descreve essa realidade:

[...] sala tão heterogênea! E não tinha recurso. Tinha um mural e um quadro negro. Era uma sala normal de aula. Mas tinha as filas, por exemplo, essa fila aqui tinha o pessoal do abc, da alfabetização, pois não existia o pré-escolar, só existia carta de abc. Na outra fila a primeira série, na terceira fila a 2º série, na quarta fila a 3º série, na quinta fila a 4º série. Isso tudo na mesma sala. Ela passava coisas diferentes para cada fila, e dava conta, e a gente aprendia (SILVA, 01/02/17).

As salas multisseriadas surgiram na tentativa de diminuir o analfabetismo ao permitir que as crianças do campo tivessem acesso à escola, no entanto, segundo Teruya (2013), funcionavam em locais improvisados, com professoras leigas ou normalistas, sem o devido apoio das prefeituras e em condições precárias. Geralmente funcionavam sob a administração da própria professora, que via nessa atividade uma possibilidade de trabalho permitido e aceito socialmente para o sexo feminino, por ser considerada a extensão do lar (MENDES; FIALHO; MACHADO, 2019).

Quando estava prestes a terminar a quarta série, Helena Silva encantou-se com a possibilidade de estudar fora do estado, em um colégio de freiras localizado no Recife, com uma bolsa de estudos conseguida pelo vigário da cidade:

O nome do Colégio era Regina Pacis. Era um grande Colégio que atendia à camada social mais abastada do Recife. Fui aluna interna bolsista. A congregação tem como fundadora a Madre Alix Le Clerc e as irmãs que compunham a congregação no Brasil eram, basicamente, alemãs. Lembro-me que ficava na Rua Benfica, 715 - Recife. [...] O colégio era interno. Passei dois anos lá. Então eu estava terminando a quarta, o final do primeiro semestre da quarta, e quando eu cheguei lá a Freira ficou impressionada com o meu desenvolvimento e já me colocou na quinta, para o exame de admissão. Adiantei-me um semestre (SILVA, 01/02/17).

A educação no colégio das freiras alemãs permitiu que Helena Silva estudasse outras línguas – latim e alemão – e tivesse uma formação voltada para o

prosseguimento nos estudos em nível científico, o que segundo Farias (2018), não era nada comum para as mulheres interioranas do Ceará no início da década de 1960. Essa formação educativa permitiu que ela pudesse, ao voltar para Fortaleza, cursar o científico no Liceu do Ceará, colégio de referência na cidade, como explicita em trecho do seu memorial:

Imagem 1 – Trecho do Memorial de Helena Silva

A minha transferência para Fortaleza, em 1960, proporciono-me o retorno à Escola Pública. Ingressei no Liceu do Ceará, após prestar exames de seleção para conquistar a vaga pretendida. Aquele colégio, quase centenário na época, cultivava, também, a essência do Humanismo Tradicional, ainda com o ensino centrado no professor e no conteúdo, imprimindo aos estudos um caráter austero, por força da disciplina, componente indispensável aos padrões educacionais do momento.

Fonte: Acervo pessoal de Maria Helena da Silva.

Helena Silva mencionou algumas características centrais do Liceu do Ceará, o colégio era referência em educação qualificada, que formava boa parte da elite cearense, era pautado nos princípios do disciplinamento dos corpos (FOUCAULT, 2009) e adotava uma pedagogia tradicional, ou seja, o ensino tradicional era baseado em operações mnemônicas porque o conhecimento era transmitido de maneira estática e descontextualizada, centrando-se na figura do professor como detentor do conhecimento (FIALHO; MACHADO; SALES, 2014). A valorização do disciplinamento e da obediência à autoridade, do nacionalismo e da austeridade foi ainda mais enfática em tempos autocráticos, após o golpe militar em 1964 (GHIRALDELLI JUNIOR, 2015).

Saviani (2013), ao tratar sobre o contexto educacional que permeava o Brasil na década de 1960, discorre acerca das principais mudanças no tocante à educação e ao ensino interrompidas pelo regime militar. Como a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que entrou em vigor em 1962 (BRASIL, 1961), com algumas importantes providências designadas, como a instalação do Conselho Federal de Educação (CFE) e a elaboração do Plano Nacional de Educação e o fortalecimento da perspectiva de educação e cultura popular nas discussões sobre as reformas no ensino, especialmente nas campanhas de alfabetização. A educação, nesse sentido, quando começa a ser percebida como instrumento de conscientização e superação das desigualdades existentes, foi abruptamente modificada por meio do golpe de 1964.

Várias reformas foram desencadeadas nesse processo, conforme afirmam Ferreira Júnior e Bittar (2008, p. 335-336, grifos dos autores):

O regime militar implementou as reformas educacionais de 1968, a Lei n. 5.540, que reformou a universidade, e a de 1971, a Lei n. 5.692, que estabeleceu o sistema nacional de 1º e 2º graus, pois ambas tinham como escopo estabelecer uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção. Ou seja, a educação no âmbito do regime militar foi concebida como um instrumento a serviço da racionalidade tecnocrática, com o objetivo de se viabilizar o slogan “Brasil Grande Potência”.

No cenário do país, valorizava-se uma educação consubstanciada no ideário de produção e tecnicismo, inseridos numa política autoritária e extremamente repressora como mote na formação da classe popular para o trabalho. No entanto, Helena Silva, por não concordar com o tipo de educação ministrada, interessou-se por não seguir carreiras consideradas por ela burocráticas e investir no magistério:

Eu não podia me inscrever para Pedagogia porque eu tinha feito o científico, não tinha feito o pedagógico. E eu fiquei feliz porque tinha conseguido uma coisa que pouca gente conseguia, uma bolsa integral num Colégio como Santa Cecília, para fazer um curso normal para poder chegar à Pedagogia (SILVA, 01/02/17).

Para ingressar no curso superior de Pedagogia da FAFICE, ou UECE como hoje é denominada, era necessário ter o pedagógico, logo, Helena Silva conseguiu uma bolsa para realizar tal formação. Desse modo ela somente pôde entrar na Universidade em 1966.

A FAFICE englobava poucos cursos e era dividida por departamentos. O departamento de filosofia, por exemplo, abrangia os cursos de Pedagogia, História, Filosofia e Letras. Segundo o site oficial da UECE¹, no que concerne ao seu histórico:

Os cursos de História, Filosofia e Letras foram criados respectivamente em 1947 com a FACULDADE CATÓLICA DO CEARÁ. Em 21 de janeiro de 1956 a Faculdade Católica foi agregada à Universidade do Ceará como Faculdade de Filosofia do Ceará, tendo se tornado autarquia por meio da Lei Nº 8.737, no dia 25 de janeiro de 1967. Estes cursos configuravam-se, portanto, como os primeiros cursos por ocasião da autorização do Poder Executivo Cearense, ao instituir a Fundação Educacional do Estado do Ceará-FUNEDUCE pela Lei Nº 9.753, de 18 de outubro de 1973. A partir da Resolução Nº 02, de 05 de março de 1975, do Conselho Diretor da FUNEDUCE, referendada pelo Decreto Nº 11.233, de 10 de março de 1975, foi criada a UECE, que incorporou esses cursos ao seu patrimônio, compondo o Centro de Humanidades – CH que se juntariam aos demais centros da nascente Instituição de Ensino Superior (UECE, s.d.).

O surgimento do curso de Pedagogia na FAFICE, em 1966, era parte de um processo de ampliação do sistema de ensino superior no estado do Ceará, concretizado no momento de efervescência política no país, para atender à demanda represada da elite local por formação superior, todavia, os cursos eram elaborados à luz dos ideários nacionalistas de manutenção da ordem vigente (ALVES, 2007). Com efeito, segundo Fialho e Freire (2018), as experiências vivenciadas por educadoras no período de ditadura ensejam reflexões pertinentes e contribuem para compreender a

¹ Disponível no link: <http://www.uece.br/>

formação de professores nesse período. A partir da oralidade de Helena Silva foi possível realizar análises interpretativas que demonstram como a postura docente foi influenciada pelo modelo político, social e econômico da época, materializando-se, por vezes, em uma práxis de ensino rígida, denominada conservadora ou tradicional.

Para ingressar na universidade aos 22 anos, em 1966, na primeira turma do curso de Pedagogia, após concluir o Curso Normal, Helena Silva informa que não houve dificuldades. Afinal, segundo Freitas (2020), a maior parte das mulheres que haviam feito o curso normal já se consolidava como professoras no ensino primário, pois não havia exigências quanto à formação superior, e não procuravam ingressar em uma Faculdade. Ademais, havia a própria desvalorização da carreira docente que conferia baixo salário independente da formação alcançada e não se preocupava suficientemente com o fracasso escolar dos alunos (PEREIRA, RIBEIRO, 2017). Importa destacar que, contraditoriamente, ao tempo em que o curso normal habilitava para atuar no ensino primário sem necessidade de estudo superior, os anos 1960 contaram com um discurso motivador no qual comprometia a universidade com a democracia e a expansão tecnológica da sociedade (ALVES, 2007, p. 40), incorporado por Helena Silva.

No Ceará, o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará (UFC), iniciado em 1963, e a FAFICE, em 1966, atuavam como foco de estudantes que ansiavam por um ensino superior gratuito e de qualidade. Helena Silva, inicialmente, matriculou-se no curso de Pedagogia da UFC, mas logo se transferiu para FAFICE porque somente nesta instituição havia o curso noturno: “[...] *eu precisava trabalhar e a UECE (FAFICE) era a única faculdade que tinha aula à noite. Era a primeira turma da UECE, o primeiro vestibular. E a diferença que eu senti foi para melhor. A UECE foi bem melhor*” (SILVA, 01/02/17).

O Curso de Pedagogia buscava formar o educador-generalista, com ampla cultura geral, que poderia atuar como professor do Curso Normal, de algumas disciplinas do Curso Ginásial ou como orientador e diretor de escolas. Assim, diferia-se do Curso Normal, pois se voltava a trabalhar com a formação do futuro professor e não especificamente de crianças (ARAÚJO; ESTEVES, 2017). Ao tratar sobre as disciplinas do curso e as características no ensino efetivado pelos docentes, no período em que atuou como aluna, Helena Silva destaca que, ao contrário dos tempos atuais, na sua época existia maior aproveitamento do tempo para estudar os conteúdos com calma e aprofundar os conhecimentos de cada ciência, já que o aluno possuía uma estrutura curricular menos conteudista, composta por oito semestres com média de cinco disciplinas cada, como se vê nas imagens 1, 2 e 3. Na imagem 4 é possível verificar o

Memórias de Maria Helena da Silva: licenciatura em Pedagogia...

documento que comprova que Helena Silva concluiu a Licenciatura em Pedagogia em 1970, recebendo a declaração no início do ano de 1971.

Imagem 2 – Histórico escolar de Helena Silva, p. 1.

FACULDADE DE FILOSOFIA DO CEARÁ

HISTORICO ESCOLAR

Nome: MARIA HELENA DA SILVA

Filiação: JOSÉ FERREIRA DA SILVA
CARLINDA TABOSA DA SILVA

Data do nascimento: 28 / 09 / 1944 Local: Portaleza - Ceará

CURSO DE: PEDAGOGIA

SERVIÇO MILITAR

Documento apresentado: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Repetição expedidora: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Data da expedição: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ESTUDO DE NÍVEL MÉDIO

1. CICLO

Estabelecimento: Colégio Estadual do Ceará Sede: Portaleza-Ce.

Data da conclusão: / /1962

2. CICLO

Estabelecimento: Colégio Estadual do Ceará Sede: Portaleza-Ce.

Data da conclusão: / /1965

CONCURSO DE HABILITAÇÃO - ANO DE: 1967

CADEIRAS OU DISCIPLINAS	TOTAL DE PONTOS	
	1a. ÉPOCA	2a. ÉPOCA
Sociologia	4,0	
História	6,0	
Espanhol	6,0	
Português	7,0	
Filosofia	4,0	
Matemática	2,0	

Total de pontos: 27,0 Classificação: 19 AGO 1967

Fonte: Acervo pessoal de Helena Silva

Imagem 4 – Histórico escolar de Maria Helena Silva, p. 3.

SEMESTRE - V ANO DE: 1969

CADEIRAS OU DISCIPLINAS	TOTAL DE PONTOS	
	1a. ÉPOCA	RECUPERAÇÃO
Planejamento Educacional	17,5	
Fundamentos da Matemática	17,0	
Administração Escolar	18,0	
Psicologia da Aprendizagem	17,0	
História da Educação Brasileira	17,0	

SEMESTRE - VI ANO DE: 1969

CADEIRAS OU DISCIPLINAS	TOTAL DE PONTOS	
	1a. ÉPOCA	RECUPERAÇÃO
Problemas Educacionais do Nordeste	20,00	
Psicologia da Personalidade	15,25	
Didática Geral	17,75	
Estatística Educacional	20,00	
Administração Escolar	17,00	

SEMESTRE - VII ANO DE: 1970

CADEIRAS OU DISCIPLINAS	TOTAL DE PONTOS	
	1a. ÉPOCA	RECUPERAÇÃO
Educação Comparada	18,5	
Estatística Educacional	20,0	
Orientação Educacional	19,0	
Educação Pré-Primária	16,0	
Prática Docente	20,0	

SEMESTRE - VIII ANO DE: 1970

CADEIRAS OU DISCIPLINAS	TOTAL DE PONTOS	
	1a. ÉPOCA	RECUPERAÇÃO
Prática Docente	17,5	
Estrutura e Func. do Ens. do 1º Grau	16,5	
Estrutura e Func. do Ens. do 2º Grau	15,0	
Educação Moral e Cívica	18,0	

Fonte: Acervo pessoal de Helena Silva

Imagem 3 – Histórico escolar de Helena Silva, p. 2.

SEMESTRE - I ANO DE: 1967

CADEIRAS OU DISCIPLINAS	TOTAL DE PONTOS	
	1a. ÉPOCA	RECUPERAÇÃO
Biologia Geral	R R R B	
Antropologia	B B I B	
Introdução à História	B B I B	
Introdução à Economia	B B B B	

SEMESTRE - II ANO DE: 1967

CADEIRAS OU DISCIPLINAS	TOTAL DE PONTOS	
	1a. ÉPOCA	RECUPERAÇÃO
Introdução à Educação	R R I B	
Introdução à Psicologia	B B I B	
Sociologia Geral	B B I B	
Introdução à Geografia	R B B B	

SEMESTRE - III ANO DE: 1968

CADEIRAS OU DISCIPLINAS	TOTAL DE PONTOS	
	1a. ÉPOCA	RECUPERAÇÃO
História da Educação	15	
Psicologia Evolutiva	14	
Cultura Brasileira	18	
Filosofia	14	
Sociologia Educacional	20	

SEMESTRE - IV ANO DE: 1968

CADEIRAS OU DISCIPLINAS	TOTAL DE PONTOS	
	1a. ÉPOCA	RECUPERAÇÃO
Cultura Brasileira	15	
Psicologia Educacional	16	
Sociologia Educacional	17	
Filosofia	14	
História da Educação	14	

19 AGO 1968

Fonte: Acervo pessoal de Helena Silva

Imagem 5 – Certidão de conclusão de curso.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Universidade Federal do Ceará

Faculdade de Filosofia do Ceará - (Agregada)

O Rector da Universidade Federal do Ceará, por meio desta a termo de colação de grau, conferido no dia onze de dezembro de mil novecentos e setenta e sete

Maria Helena da Silva

filha de José Ferreira da Silva e Carlinda Tabosa da Silva, nascida em Portaleza (Ceará), no dia vinte e oito de setembro de mil novecentos e quarenta e quatro, conferiu-se o presente diploma de

Licenciada em Pedagogia

com as habilitações consignadas no verso, para que possa gozar dos correspondentes direitos e prerrogativas, de acordo com as leis da República.

Portaleza, 20 de janeiro de 1971

Reitor: Reinaldo

Assessor: Reinaldo

Maria Helena da Silva

Fonte: Acervo pessoal de Helena Silva

Com duração de quatro anos, o curso de Pedagogia da FAFICE inspirava-se no esquema 3+1, no qual em três anos era formado o bacharel, e, para a formação do

licenciado, era acrescentado mais um ano de didática. No caso, notadamente, a Pedagogia articulava-se “[...] a etapa do capitalismo brasileiro dedicada aos investimentos em educação alicerçados no ideário tecnicista” (BRZEZINSKI, 1996, p. 58), nessa direção, a perspectiva tecnocrática orientava a política educacional para fomentar uma formação voltada para a aceleração do desenvolvimento econômico do país e progresso social, inclusive incorporando as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Cultura Brasileira.

Ao relembrar a conjuntura administrativa do curso, que na época estava sob a responsabilidade de João Filgueiras, primeiro a ocupar o cargo de coordenador, Helena Silva narra lembranças positivas: “Ele era um articulador de primeira. Conciliava todos os problemas que a gente tinha. Ele realmente me marcou muito por causa da capacidade dele. Ele era professor de matemática de uma visão humanista impressionante” (SILVA, 01/02/17). No entanto, mesmo com um coordenador humanista, dialógico e flexível, não foi difícil encontrar educadores que agiam na contramão dessa postura:

[Alguns professores] marcaram negativamente no sentido de não ser tão competente, mas exigir demais, sabe? E não era só comigo, a turma toda via isso. Para você ter ideia, uma vez morreu o pai de uma colega, e ela – professora – liberou a gente para o enterro. [...] Pois ela fez a chamada na porta do cemitério. Já que ela tinha “liberado” a turma, tinha que estar todo mundo no enterro. Você imagina! [...] E nem todo mundo era tão amigo da menina que o pai morreu, mas todo mundo tinha que ir [no enterro] (SILVA, 01/02/17).

A fala de Helena Silva destaca a postura inflexível de uma professora para exemplificar o autoritarismo e controle exacerbado característicos de muitos professores que atuavam em congruência com o modelo educacional defendido pelo contexto histórico autocrático, e acrescenta:

Tinha dois [professores] que eram reacionários, assim, porque eles eram muito para o lado dos militares. E tinha um que era militar, esse aí a gente já tinha receio por ser militar, né! E outro, que morreu recentemente. A gente também tinha receio de falar certas coisas porque ele era muito ligado aos militares. Nas aulas deles era: “Senhor, amém. Senhor, tudo bem”. Ninguém ia discutir. Por exemplo, uma aula de história da educação, ninguém discutia o que era certo, o que era errado. Estava no livro, estava certo. Porque o livro adotado era o que os militares deixavam (SILVA, 01/02/17).

Essa narrativa infere sobre o controle do governo não apenas no disciplinamento, mas no conhecimento ministrado. A propósito, não bastasse uma rígida fiscalização no tocante à presença dos alunos em sala de aula e à adoção de um comportamento subserviente, ainda havia uma fiscalização e imposição de natureza militarista e coesiva para determinar que tipo de material didático pudesse ser utilizado para repassar os conhecimentos, ou seja, apenas àqueles que endossavam o ideário nacionalista para manter o *status quo*.

A didática exemplificada por Helena Silva traz à tona a ideia de educação bancária abordada por Freire na sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1987), ao criticar esse modelo de educação que considera o aluno uma tábua vazia, incapaz de obter por conta própria conhecimento e destituído da autonomia de reflexão crítica. Não à toa, Freire e outros educadores como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Lourenço Filho, dentre outros, que defendiam o ideal popular de libertação, foram perseguidos, exilados ou silenciados.

Nery (2015, p. 276) ao analisar as relações constituídas no livro de Rodrigo Pato Sá Motta, em: *As Universidades e o Regime Militar – cultura política brasileira e modernização autoritária* (2014, p. 428), sintetiza a intervenção desse regime argumentando que: “A ditadura brasileira usou a violência necessária para obter os resultados esperados, entre eles derrotar a cultura política do período anterior, identificada como comunista e que levou à exacerbação do discurso anticomunista [...]”. Desse modo, a influência militarista na universidade operava, sobretudo, na intenção de controlar e extinguir posturas “suspeitas”, consideradas comunistas, “perigosas” e “subversivas” ao sistema implantado.

No tocante à expansão das universidades, entre 1964 e 1973 o ensino superior, conforme expõe Saviani (2008), no livro *O Legado Educacional do Regime Militar*, comparado ao ensino primário (70,3%), ginásial (332%) e colegial (391%) cresceu em torno de 744,7% no mesmo período, sendo o número de instituições públicas consideravelmente inferiores ao de instituições privadas. Esse dado explicita o propósito da privatização do ensino superior para que este fosse restrito à elite econômica que apoiava as ideias autocráticas. Inclusive, os recursos destinados à educação pública diminuíram, pois a constituição “[...] de 1967, baixada pelo regime militar, eliminou a vinculação orçamentária constante das Constituições de 1934 e de 1946, que obrigava a União, os estados e os municípios a destinar um percentual mínimo de recursos para a educação” (SAVIANI, 2008, p. 298).

Ferreira Júnior e Bittar (2006) acrescentam que a ampliação da possibilidade de formação de professores em nível superior trouxe, como contradições, uma educação moldada em uma prática de ensino pouco crítica, baseada na corrente pedagógica tradicional, na sua vertente tecnicista, que não se voltava ao combate das desigualdades e injustiças sociais. Nessa direção, Helena Silva conta a dificuldade enfrentada tanto por ela quanto pelos seus colegas para a obtenção de uma educação crítica:

O professor que excedesse um pouco era imediatamente chamado na décima região militar. Eles tinham agentes em todas as salas de aula. Se o professor falasse um pouco mais sobre política, por exemplo, alguém já olhava estranho. Aquilo ali era uma vigilância total. Era uma coisa séria. Hoje, quando pensamos no

que nós passamos na época, tudo que acontece hoje é pouco comparado ao que aconteceu naquela época de 60 e 70 (SILVA, 01/02/17).

A retração e controle que os alunos vivenciavam eram, também, vivenciados por aqueles professores que ousassem questionar o sistema imposto. Magalhães (1997), em seu estudo sobre *A Lógica de Suspeição*, esclarece que existiam seis níveis de informantes no período do autoritarismo militar, cada qual separado por um grau específico de veracidade:

Geralmente, o agente do tipo C era do próprio exército, na maior parte das vezes um sargento formado pela EsNI, o qual, vestido à paisana, infiltrava-se nos mais diversos locais para coletar o maior número possível de dados. Os agentes do tipo D, E e F eram, em sua maioria, informantes eventuais (remunerados ou não) ou informantes *espontâneos*, vale dizer, pessoas que possuíam certa cumplicidade com o regime e que voluntariamente se dispunham a cooperar, fosse por convicção, fosse para receber algum apoio de caráter pessoal (MAGALHÃES, 1997, p. 2)

Helena Silva ainda acrescenta que nenhuma providência poderia ser tomada pelo Reitor da Universidade ou, estando este ausente, pelo diretor responsável pela instituição, já que as nomeações desses cargos eram realizadas pelo chefe de estado (estadual), nesse período Plácido Aderaldo Castelo, que governou o Ceará de 1966 a 1971. Durante toda a licenciatura de Helena Silva, Plácido Castelo governou o Ceará com limitações financeiras e priorizou investir os recursos na construção de obras gigantescas, imbuído no ideário desenvolvimentista do contexto militar, não ensejando muita importância à universidade (FARIAS, 2018).

Helena Silva menciona as principais dificuldades experienciadas durante a graduação:

Como aluna, o meu grande desafio nesse tempo foi aprender no meio dessa repressão da ditadura, porque tudo aquilo que às vezes a gente descobria pelos grandes autores e educação, mesmo que aprendêssemos, não podíamos expressar. A gente aprender uma coisa **reprimida, sem a liberdade de expressão**. Não podíamos expressar tudo o que pensávamos. A outra dificuldade era estudar em uma instituição que **não tinha uma estrutura favorável**. A gente não tinha uma biblioteca, não tinha uma sala de estudo, não tinha laboratório. Os professores, a maioria, não tinha mestrado, não tinham graduação, pois não era exigido. E existiam as dificuldades de logística, porque assim, a faculdade era distante das nossas casas, para ir, às vezes só tinha um ônibus voltando, a **dificuldade de transporte** e locomoção era um grande problema para os estudantes como um todo (SILVA, 01/02/17, grifos das autoras).

Helena Silva infere que todos os obstáculos destacados – repressão, cerceamento de liberdade, falta de infraestrutura, dificuldade de locomoção e precária formação dos docentes - foram revertidos em ânimo para adotar uma postura contrária à toda forma de alienação e autoritarismo. Inclusive, infere que muitos de seus colegas reproduziam as práticas autoritárias aprendidas na universidade em seus trabalhos. Na contramão, Helena Silva, em sua atuação profissional, sempre procurou proporcionar

uma educação dialógica, pautada nos princípios de Freire, para fomentar a criticidade e a cidadania voltadas para o bem-estar social coletivo.

Como estudava no turno da noite para trabalhar durante o dia, concomitante ao curso superior pôde ser uma das fundadoras do Colégio Juventus, onde exerceu a profissão de professora do primário e professora do Colégio Santa Cecília, no qual havia participado como aluna do curso normal, atuando no ginásio, no curso pedagógico e na coordenação do curso normal. Ambos os trabalhos foram exercidos até o ano de 1970, quando concluiu a graduação, no entanto, no último emprego, foi demitida, juntamente com 14 funcionários, acusados de realizar um trabalho “perigoso” e “subversivo”. Essa era uma consequência relativamente comum para quem ousasse adotar uma postura diferente daquela imposta pelos militares, outros tantos nesse período não foram apenas exonerados, mas também perseguidos, presos e torturados. (FIALHO, FREIRE, 2018).

Após a demissão, Helena Silva acabou sendo beneficiada pela Lei 9.652/71, que obrigava a todos os diretores de escola, para assinar documentos, o diploma de administrador escolar. Pois, como no Ceará a maioria *“dos diretores de escola não tinham curso de administração escolar, e muitos deles, não tinham nem o curso superior. Então, eu, que tinha feito um curso, era muito procurada”*. (SILVA, 01/02/17). Para resolver esse problema, foi promovido pelo estado o curso de administração, orientação e supervisão escolar, e Helena Silva foi convidada para ser docente: *“[...] precisava de um professor para dar Currículos e Programas, era uma disciplina, e só quem tinha esse curso era eu”*. (SILVA, 01/02/17).

Ante a ausência de profissionais com a devida titulação e a necessidade de capacitar outros profissionais, Helena Silva acabou sendo convidada para ingressar na docência universitária: *“Então, o diretor na época, que tinha sido o meu professor no Liceu, me telefonou porque soube que eu tinha feito esse curso, e perguntou se eu não queria entrar na faculdade. Na época não tinha concurso, era por indicação e de acordo com a sua formação, aí você entrava”* (SILVA, 01/02/17). Ao ser a única professora acessível que possuía o curso em administração escolar, Helena Silva passou a ser docente da FAFICE, adquirindo estabilidade anos depois. Momento que marcou o início da carreira de Helena Silva como professora universitária, com 33 anos de atuação vinculada ao curso de Pedagogia: *“Eu entrei, em 1974, como professora da UECE e saí em 2007. Saudades... É bom demais estar em sala de aula. Eu ensinei na graduação, depois na Pós e fui coordenadora do CED [Centro de Educação]”* (SILVA, 01/02/17).

A biografia de Helena Silva, com ênfase na sua formação inicial em nível superior, demonstrou alguns dos desafios que os estudantes cearenses enfrentavam para se licenciar em Pedagogia pela FAFICE no período do regime ditatorial, mais especificamente, nos últimos anos da década de 1960; bem como explicitou como o contexto autocrático interferia na formação de professores no estado do Ceará. A repressão imposta aos alunos e aos professores universitários, nos anos de 1966 a 1970, fez com que fosse vivenciada uma educação tecnicista, autocrática, estática e descontextualizada, que de maneira apática, acrítica e subserviente não se podia contestar o *status quo* ou mesmo investir na promoção de mudanças com mote na justiça social e superação das desigualdades.

Impondo ideários nacionalistas e elitistas, o governo silenciava alunos e professores, que se viam obrigados a adotar uma postura de ensino tradicional, mnemônica e restrita aos materiais didáticos pré-selecionados que endossavam tal perspectiva educacional (SOUZA; LIMA, 2016). Esse contexto reverberou em dois modelos de docência distintos e coexistentes nos anos vindouros, em Fortaleza: o que reproduziria a educação tradicional vivenciada; e o que abraçaria a educação libertadora voltada para formação da consciência crítica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa partiu de uma inquietação acerca de como o regime ditatorial interferiu na formação profissional de Maria Helena da Silva no Curso de Pedagogia da FAFICE. Ao iniciar essa empreitada, já se sabia que uma vida não é passível de generalização, no entanto, considerou-se que cada sujeito possui um valor histórico inestimável por possibilitar melhor compreender contextos microssociais e nuances locais não abarcadas em pesquisas macrossociais. Elaborou-se, em consequência, uma pesquisa científica com o escopo de biografar Helena Silva, com ênfase na sua formação inicial em Pedagogia desenvolvida pela FAFICE no período de 1966 a 1970.

Tomou-se como objeto de estudo a história de vida de Helena Silva, apropriada mediante fontes documentais, dos seus acervos pessoais, e orais, sendo estas últimas, o principal substrato para a elaboração da narrativa biográfica. A entrevista com a biografada, coletada mediante a metodologia da história oral, permitiu conhecer a sua formação educacional, todavia, centrou-se ênfase na formação universitária, mote de análises que inter-relaciona a formação de professores e regime ditatorial.

A experiência educacional de Helena Silva em escola formal teve início em Pacajus, com aproximadamente dez anos de idade, em escola isolada e sala

multisseriada. Nesse modelo educativo foi alfabetizada com a cartilha do ABC, em sala de aula improvisada na casa da professora, com poucos recursos didáticos – a referida cartilha, caderno, lápis, borracha, lousa e giz. Sua história de educação primária imbrica-se com a de muitas outras crianças do interior do Ceará e do Nordeste, que inclusive, não prosseguiram nos estudos após a conclusão dessa etapa da escolarização (LOPES, 2019).

Uma oportunidade diferenciada foi importante para que Helena Silva pudesse dar continuidade aos estudos: a bolsa de estudos, concedida mediante influência do pároco local, para que fosse estudar em Recife, com freiras alemãs. Na ocasião pôde cursar o exame de admissão e preparar-se para dar prosseguimento aos estudos propedêuticos, desenvolvidos, mais tarde, no Liceu do Ceará, em Fortaleza, onde concluiu o curso científico. Todavia, mesmo terminando o segundo grau no Colégio de referência da cidade, que formou boa parte da elite política e intelectual do estado, foi a profissão docente que despertou interesse, logo, almejou fazer curso superior em Pedagogia. Como não possuía o pedagógico, teve que matricular-se no Curso Normal no Colégio Santa Cecília para poder prestar vestibular com vistas a ingressar no ensino superior.

Helena Silva, aluna da primeira turma de Pedagogia da FAFICE, ingressa em 1966, vivenciou um modelo de ensino fundamentado em concepções autoritárias, no qual o medo sobrepunha-se e influenciava a vida dos estudantes e professores que reprimiam o desejo de questionar ou lutar contra as mazelas educacionais. A universidade, hoje considerada espaço propulsor de debates e da liberdade de expressão, nos anos finais da década de 1960, era mantida sob controle e vigilância dos militares, que atendendo às exigências superiores do regime ditatorial, reprimiam qualquer atitude considerada subversiva.

A Licenciatura em Pedagogia cursada por Helena Silva e todos os seus pares foi marcada pelo autoritarismo, pela repressão, pelo cerceamento da liberdade de expressão e pela cultura da subserviência a uma autoridade, no caso, o professor, considerado o detentor do conhecimento e autoridade inquestionável da classe. Tais experiências, na maioria das vezes, repercutiam em professores tradicionais que reproduziam posturas tradicionais de ensino. Na contramão, no caso de Helena Silva, traumatizada com a intolerância e superioridade que lhe foi imposta, a experiência foi resignificada como exemplo a não ser seguido. Em decorrência, pautou sua docência na liberdade, na independência e na autonomia do aluno.

O estudo permitiu ampliar a compreensão acerca da história da educação no Ceará, em especial, da primeira turma de Pedagogia da FAFICE, bem como

possibilitou preservar a história e as memórias da mulher educadora ao valorizar e imortalizar suas experiências formativas e lançar visibilidade às subjetividades individuais indissociáveis da vida coletiva. Também ensejou visibilidade aos problemas que um regime autocrático pode acarretar para a formação profissional de professores, o que torna factível a luta contra todo tipo de governo que cerceie a democracia e iniba a liberdade de expressão.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. História dentro da História. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202.

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALVES, F. A. P. **O processo de Interiorização da UECE no Sertão Central**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

ARAÚJO, R. M.; ESTEVES, M. M. A formação docente, inicial e contínua, para o trabalho com adultos em Portugal: o olhar dos professores. **Educação & Formação**, v. 2, n. 1, p. 18-35, 2017. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/121>. Acesso em: 15 jun. 2020.

Autores Associados, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 57.634, de 14 de janeiro de 1966**. Suspende as atividades da União Nacional dos Estudantes (UNE). Brasília, DF, 1966. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57634-14-janeiro-1966-398199-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília, DF, 1969. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966**. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Brasília, DF, 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. **Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964**. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. Brasília, DF, 1964. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4464.htm. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Brasília, DF, 1961. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Lei da Reforma Universitária de 1968. Brasília, DF, 1968. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas: Papirus, 1996.

BURKE, P. **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURNIER, S. et. al. Histórias de vida de professores: o caso da educação profissional. **Rev. Bras. Educ.**, v. 12, n. 35, p. 343-358, 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 abr. 2018.

CORRÊA, P. S.; BARRETO, B. Exigências para o exercício do ofício de mestre nos grupos escolares no Brasil no contexto da ditadura militar. **Educação & Formação**, v. 2, n. 1, p. 104-123, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/126>. Acesso em: 18 jun. 2020.

DOSSE, F. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: USP, 2009.

FARIAS, A. **História do Ceará**. 7. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2018.

FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. A ditadura militar e proletarização dos professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

FERREIRA JUNIOR., A.; BITTAR, M. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cad. CEDES**, v. 28, n. 76, p. 333-355, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 jun. 2018.

FIALHO, L. M. F.; FREIRE, V. C. C. Educação formativa de uma líder política cearense: Maria Luiza Fontenele (1950-1965). **Cadernos de História da Educação**, v. 17, p. 343, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/43290>. Acesso em: 01 jun. 2018.

FIALHO, L. M. F.; LIMA, A. M. S.; QUEIROZ, Z. F. Biografia de Aída Balaio: prestígio social de uma educadora negra. **Educação Unisinos**, v. 23, p. 48-67, 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2019.231.04>. Acesso em: 17 mai. 2020.

FIALHO, L. M. F.; QUEIROZ, Z. F. Maria Neli Sobreira: história e memória da educação em Juazeiro do Norte. **Educar em Revista**, v. 34, p. 67-84, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602018000400067&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 mai. 2020.

FIALHO, L. M. F.; SA, E. C. V. Educadora Henriqueta Galeno: a biografia de uma literata e feminista (1887- 1964). **História da Educação**, v. 22, p. 169-188, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/75182>. Acesso em: 17 mai. 2020.

FIALHO, L. M. F.; SANTOS, H. F.; FREIRE, V. C. C. Biografia da Professora Raquel Dias Araújo: um olhar sobre a docência universitária e a militância política. **History of Education in Latin America - HistELA**, v. 3, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/20562/12765>. Acesso em: 17 mai. 2020.

FIALHO, L. M. F.; SOUSA, F. G. A.; NASCIMENTO, L. B. S. Biografia da educadora Josete Sales: reflexos da formação de professoras no Ceará. **Roteiro**, v. 45, 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23790>. Acesso em: 17 mai. 2020.

FIALHO, L. M. F.; SOUSA, N. M. C.; DIAZ, J. M. H. Rosa Maria Barros Ribeiro: memórias da trajetória formativa para docência. **Revista Cocar**, v. 8, p. 371-387, 2020. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/3083>. Acesso em: 17 mai. 2020.

FIALHO, L. M. F.; CARVALHO, S. O. C. História e memória do percurso educativo de Célia Goiana. **Série-Estudos**, v. 22, p. 137-157, 2017. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/992>. Acesso em: 17 mai. 2020.

FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S.; SALES, J. A. M. As correntes do pensamento geográfico e a Geografia ensinada no Ensino Fundamental: objetivos, objeto de estudo e a formação dos conceitos geográficos. **Educação em Foco**, v. 17, p. 203-224, 2014. Disponível em: <http://revista.uemq.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/432>. Acesso em: 17 mai. 2020.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORENCIO, L. R. S.; FIALHO, L. M. F.; ALMEIDA, N. R. O. Política de Formação de Professores: A ingerência dos Organismos Internacionais no Brasil a partir da década de 1990. **Holos**, Natal, v. 5, p. 303-312, 2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5757>. Acesso em: 17 mai. 2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, A. A califasia e a formação de professores na escola normal de São Paulo. **Educação & Formação**, v. 4, n. 1, p. 81-64, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/520>. Acesso em: 17 mai. 2020.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da educação brasileira**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LOPES, A. de P. C. Legislação e processos educativos: A constituição da escola primária no Piauí (1845 a 1889). **Educação & Formação**, v. 4, n. 1, p. 50-65, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/866>. Acesso em: 17 mai. 2020.

LORIGA, S. **O pequeno x: da biografia à história**. [Tradução Fernando Scheibe]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MAGALHÃES, M. D. B. de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200011>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia Prático da História Oral**. São Paulo, Contexto, 2011.

MENDES, M. C. F.; FIALHO, L. M. F.; [MACHADO, C. J. S.](#) Argentina Pereira Gomes: disseminação de -inovações- didáticas na educação primária na década de 1930. **Revista Diálogo Educacional**, v. 19, p. 527-550, 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/24959/23519>. Acesso em: 17 mai. 2020.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NERY, J. E. As universidades no regime militar. **Revista Matrizes**, v. 9, n. 1, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/100685>. Acesso em: 20 jul. 2017.

PEREIRA, A.; RIBEIRO, C. S. A culpabilidade pelo fracasso escolar e a interface com os “problemas de aprendizagem” em discurso. **Educação & Formação**, v. 2, n. 2, p. 95-110, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/138>. Acesso em: 20 jul. 2017.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo, 2013.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez., 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SHIROMA, O. E.; MORAES, M. C.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SOARES, C.; VIANA, T. Jovita Alves Feitosa: memórias que contam a história da educação nas prisões cearenses. **Educação & Formação**, v. 1, n. 1, p. 140-158, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/96>. Acesso em: 17 mai. 2020.

SOUZA, S.; LIMA, G. Escolas polivalentes na ditadura civil-militar: marco no modelo de ensino profissionalizante ou instrumentos de propaganda do regime? O processo de implantação do polivalente de Ituiutaba-MG (1974-1985). **Educação & Formação**, v. 1, n. 2, p. 72-88, 2016. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/10> Acesso em: 17 mai. 2020.

TERUYA, T. K. et al. Classes multisseriadas no Acre. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, v. 94, n. 237, p. 564-584, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812013000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 mai. 2020.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: Introdução à história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Histórico**. Disponível em: <http://www.uece.br/ch/index.php/historico>. Acesso em: 20 jul. 2017.

VASCONCELOS, J. G.; FIALHO, L. M. F.; LOPES, T. M. R. Educação e liberdade em Rousseau. **Educação & Formação**, v. 3, p. 210-223, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/278>. Acesso em: 17 mai. 2020.

VASCONCELOS, L. M.; FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S. Facetas da (im)potência viril na Revista Careta: educação e masculinidades no Estado Novo (1937-1945). **Acta Scientiarum Education**, v. 40, p. 1-12, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/issue/view/1499/showToc>. Acesso em: 17 mai. 2020.